

A Violência contra as mulheres: o assédio dentro e fora da televisão¹

Deborah Ramos da SILVA²

Universidade Júlio de Mesquita Filho, Bauru, SP

Resumo

O trabalho aborda as diferentes formas como a mulher é representada pela estimulando o assédio de diversas formas e até criando mecanismos de espetacularizá-lo e fomentação do mesmo. A mídia instituiu um padrão de mulher a ser seguido, dentro dos preceitos de uma sociedade patriarcal, onde a mulher é muito mais a função social a ela destinada do que um ser humano provido de direitos. A partir dessa análise, salienta-se a necessidade de uma abordagem menos excludente e que reforce o papel feminino na sociedade.

Palavras-chave: mídia; mulher; assédio

Introdução:

O Brasil diferente do que ocorre em outros países, possui um forte receio em torno da palavra “feminismo”. No entanto, o que muitos ignoram é a legitimidade do feminismo como um movimento que atravessou décadas, e transformou as relações entre homens e mulheres, o que torna inexplicável sua desconsideração pelos formadores de opinião pública.

Pode-se dizer que a vitória do movimento feminista é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher profissão, receber salários iguais e candidatar-se ao que quiser. Tudo isso, que já foi um absurdo sonho utópico, faz parte de nosso dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente.

Em 1993, com a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, foram seguidos os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), porém já especificando a situação de exclusão das mulheres e a necessidade de igualdade em todos os âmbitos da vida pública e privada:

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais, do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.

² Jornalista pela Faculdade Paulus de Comunicação. Especialista em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela Universidade de São Paulo, discente do mestrado em Comunicação da Universidade Júlio de Mesquita Filho e pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, com o projeto de pesquisa “Mídia, Política e Ideologia na Sociedade do Espetáculo. E-mail: deborahmel@gmail.com.

Os direitos humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constitui parte inalienável, integral e indivisível, dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993).

A partir dessa conferência, várias outras declarações e instrumentos jurídicos começaram a tratar com especificidade a questão do respeito aos direitos humanos das mulheres. A Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), foi o primeiro documento internacional que evidenciou a importância da educação no processo de mudança e igualdade.

A violência contra a mulher é tema do movimento feminista desde os anos 80, quando começam a surgir delegacias de mulheres e atendimento diferenciado para mulheres vítimas de agressões físicas e violência psicológica. Campanhas como “quem ama não mata”, diante do assassinato de mulheres, trouxeram o tema para o debate público. Segundo Miriam Pillar Grossi:

A categoria “violência contra a mulher”, hoje de grande aceção em todo o Brasil, passa a fazer parte do senso comum a partir de mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres “por amor” e “em defesa da honra” no final dos anos 70. Lutas que se ampliarão, no início dos anos 80, para a denúncia do espancamento e dos maus tratos conjugais, impulsionando a criação dos serviços de atendimento a mulheres “vítimas de violência”, os grupos SOS Mulher e, posteriormente, pela criação, por parte do Estado, de Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres. (1998, p. 296)

Essas ações começaram a dar visibilidade às agressões que aconteciam nos espaços público e privado, tornando o tema de violência contra a mulher como sinônimo de violência doméstica. De acordo com *Heleieth Saffioti*, “a implantação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), por mais precárias que fossem, desmistificou o caráter sagrado da família, a ela atribuído pela sociedade, tornando visível a violência contra mulheres, sobretudo a doméstica.” (2004, p. 46)

A necessidade de mecanismo jurídicos que minimizassem a situação de violência em que vivem as mulheres de nossa sociedade se deve diretamente à existência de uma sociedade historicamente machista, com uma falsa aparência de igualdade que encobre uma estrutura falocêntrica, e que se reproduz em diversos âmbitos, inclusive na mídia.

A representação de identidades na televisão

O mais abrangente entre todos os meios de comunicação de massa, “forma específica da comunicação que ocorre por intermediação/mediação de um meio técnico, ou multiplicador, que permite a mensagem atingir um público anônimo, heterogêneo e fisicamente disperso” (TEMER; NERY, 2009), a televisão no Brasil é responsável pela difusão de informações e modismos além de ser formadora de opinião.

As pessoas, inerentemente, necessitam de informações para saber as medidas que deverão tomar ou como deverão agir. Por esta razão, é fundamental ouvirem ou verem um noticiário para saber notícias acerca do fator que os cercam. O ser humano não precisa, necessariamente, saber somente as notícias, mas também precisa de divertimento e entretenimento, o qual também pode ser obtido através dos meios de comunicação.

A televisão é um dos meios que proporciona tanto, informação, quanto entretenimento, com uma vantagem: une imagens em movimento, muitas vezes em tempo real, somando-se a isso o fator som, para expressar conceitos, informar ou entreter

O telejornalismo, diferente da mídia impressa e do rádio, não perdeu espaço com o crescimento da internet. Pelo contrário, o sucesso atual da rede mundial de computadores é, em grande parte, relacionado à televisão. Sendo assim, o avanço da internet não reduziu a repercussão e a influência causadas pelas notícias veiculadas na TV. Os programas de entretenimento e os telejornais acabam sendo um termômetro dos assuntos discutidos pela população. Além disso, geram repercussões em toda a mídia.

O que explicaria o resultado de uma pesquisa³ realizada pelo Portal Comunique-se, em novembro de 2016, “Consumo de Notícias do Brasileiro” realizado em parceria entre a *Advice* Comunicação Corporativa e a *BonusQuest*, na qual as informações que são veiculadas na TV são tidas como confiáveis para 69% dos brasileiros. A pesquisa tem

³TV é a mídia de informação mais confiável do Brasil. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/estudo-diz-que-tv-e-a-midia-de-informacao-mais-confiavel-do-brasil/>>. Acesso em 11 abr.2017

como objetivo entender quais são os novos hábitos de consumo de informação com a chegada das tecnologias e a credibilidade dos veículos.

A maior proporção de confiabilidade está com a TV, porém as outras mídias não ficam muito longe. Os jornais, por exemplo, passam confiança para 68% dos respondentes. Rádio (66%), portais de notícias (65%), revistas (56%) e mídias sociais digitais (26%) também aparecem no estudo.

Diante de tantas violências a que são expostas, uma das violências mais graves é a violência imposta pela mídia às mulheres, uma violência intrínseca à sociedade. Aquela violência que obriga a mulher a ver seu corpo fragmentado com seios e nádegas para vender cerveja e carro; a violência de ver a dupla jornada de trabalho naturalizada pelas propagandas e novelas; a violência de ser desumanizada e vista apenas como um corpo a ser consumido; a violência de ver os crimes de violência doméstica e feminicídio atenuados pelo jornalismo; de ser excluída dos espaços de decisão e dos processos de criação na mídia; de ser futilizada dia após dia por meio da generalização

A mídia é uma das maiores disseminadoras de preconceitos em nossa sociedade. As mulheres, foram transformadas em objeto de consumo ou em escravas domésticas, deixaram de ser pessoas. Basta assistir uma propaganda de cerveja ou de sabão em pó para perceber isso. Ao mesmo tempo a mídia tenta criar uma falsa aparência de igualdade entre os sexos. Assim, ratifica o machismo promovendo violências de gênero. (CHAVES,2010, p. 218)

Na sociedade ocidental atual, o machismo e o capitalismo estão intimamente ligados. O machismo dos séculos anteriores foi reforçado quando da ascensão da burguesia ao poder, trazendo novas práticas. Uma delas foi a mecanização do trabalho e a mudança da estrutura econômica, com predomínio de indústrias e a urbanização. Nesse processo, as primeiras indústrias automatizaram o trabalho que era atribuído às mulheres (como a produção de tecidos e velas), esvaziando sua importância econômica.

A família legitimada pelo Estado burguês é a nuclear, caracterizada por pai, mãe e filhos, com diferenciações entre seus membros. A mídia ilustra esse conceito com a família de comercial de margarina. O homem deve ser o chefe e provedor. Legalmente, é o líder da família, e existe um código de conduta para agir como tal: não pode chorar, deve solucionar todos os problemas, não pode hesitar, não pode se subordinar a ninguém, não pode ser afetuoso, deve usar roupas sóbrias, deve ser o único provedor. A mulher, subordinada a ele, é que vai gerenciar o espaço privado, decidindo como administrar o

dinheiro do trabalho do marido. Os filhos também se subordinam ao homem, e devem aprender a desempenhar seus papéis de gênero adequadamente, sob pena de serem repudiados e expulsos da família.

Para esse sistema funcionar, a mulher tem de ser dócil, submissa ao marido, só se realizar na maternidade e nos cuidados com a família. E, o mais importante: ela precisa gastar.

A mídia como formadora de opinião tem sua responsabilidade na deformidade que paira a imagem da mulher, criando uma falsa realidade sobre ela. Assim, o público e a sociedade são cotidianamente e sistematicamente colocados diante de uma realidade artificialmente criada pela mídia, e que se contradiz, se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece.

A criação da Lei Maria da Penha

Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêutica brasileira que, no ano de 1983, sofreu severas agressões de seu marido, o professor universitário colombiano Marco Antonio Heredia Viveros. Em duas ocasiões, Heredia tentou matar Maria.

Na primeira, com um tiro de espingarda que a deixou paraplégica. E depois de passar quatro meses no hospital e realizar inúmeras cirurgias, Maria voltou para casa, ocasião em Heredia tentou eletrocutá-la durante o banho.

Maria conseguiu sair de casa graças a uma ordem judicial e iniciou uma árdua batalha para que o agressor fosse condenado. O que ocorreu em 1991, mas a defesa de Heredia alegou irregularidades no procedimento do júri. O caso foi julgado novamente em 1996, com nova condenação. Mais uma vez, a defesa fez alegações de irregularidades e o processo continuou em aberto por mais alguns anos. Enquanto isso, Heredia continuou em liberdade.

Nesse tempo, Maria da Penha lançou um livro, no ano de 1994, em que relata as agressões que ela e suas filhas sofreram do marido. Alguns anos depois, conseguiu contato com duas organizações – Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), que a ajudaram a levar seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1998.

Em 2001, o Estado brasileiro foi condenado pela Comissão Interamericana por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres.

Foi recomendada a finalização do processo penal do agressor de Maria da Penha (que ocorreria finalmente no ano de 2002); a realização de investigações sobre as irregularidades e atrasos no processo; reparação simbólica e material à vítima pela falha do Estado em oferecer um recurso adequado para a vítima; e a adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher.

Assim, o governo brasileiro se viu obrigado a criar um novo dispositivo legal que trouxesse maior eficácia na prevenção e punição da violência doméstica no Brasil.

Em 2006, o Congresso aprovou por unanimidade a Lei Maria da Penha, que já foi considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU), como a terceira melhor lei contra violência doméstica do mundo.

O caso de Maria da Penha não foi uma exceção. Na verdade, ele apenas deixou clarividente para o Brasil e para o mundo um problema grave da justiça brasileira: a sistemática convivência com crimes de violência doméstica e a falta de instrumentos legais que possibilitassem a rápida apuração e punição desses crimes, bem como a proteção imediata das vítimas. No dia 08 de março de 2017, uma pesquisa da Datafolha⁴ encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou que 500 mulheres são vítimas de agressão física a cada hora no Brasil.

Mesmo trabalhando e pagando suas contas, a mulher é discriminada. E como se isso não fosse problema suficiente a violência física contra o sexo feminino cresce assustadoramente. Em 2016, 503 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora no país. Isso representa 4,4 milhões de brasileiras (9% do total das maiores de 16 anos). Se fossem contabilizadas as agressões verbais, o índice de mulheres que se dizem vítimas de algum tipo de agressão subiria para 29%.

Em muitos casos, a vítima vai a óbito, como foi o caso de Roseli Lopes, dona de casa de 53 anos que morreu na Santa Casa de Araçatuba (SP) em 06 de novembro de 2016, após ter sido espancada pelo marido, segundo a polícia. Lopes vivia há quatro anos com o suspeito e, segundo informações de familiares à polícia, ela sempre apanhava dele.

Segundo o raciocínio de Hooks, não temos no telejornalismo uma representação real da violência contra as mulheres, apesar do problema ser mostrado quase diariamente na programação jornalística das emissoras de televisão. Isso porque o discurso é construído por mulheres, mas com um nível de subalternização menor e que não entendem o grau

⁴ Mais de 500 mulheres são vítimas de agressão física a cada hora no Brasil, aponta Datafolha. Disponível <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/mais-de-500-mulheres-sao-vitimas-de-agressao-fisica-a-cada-hora-no-brasil-aponta-datafolha.ghtml>>. Acessado em: 11 abr.2017.

de exclusão social dessas vítimas. A editora não coloca o endereço da Delegacia da Mulher porque imagina que essa é uma informação tão básica que todos a tem, as chefias não pautam a discussão da lei Maria da Penha porque julga ser a mesma, do conhecimento de todos

Assédio em vários lugares até na mídia

Pode-se discutir a construção e reconstrução da identidade de minorias na mídia usando como referencial a pesquisa de José Zito Araújo sobre o negro estereotipado nos diversos produtos da mídia de massa brasileira com destaque para as telenovelas. Zito observa que essa representação vai influenciar o pensamento não só dos grupos dominantes (homens, brancos, heterossexuais e ricos), mas também dos próprios dominados. Na tese de doutorado que virou livro em 2000 reeditado em 2004, o pesquisador afirma que a representação romantizada desses grupos esmaece problemas e peculiaridades características de cada grupo, contribuindo ainda mais para a perda da identidade, isso quando os papéis não reforçam comportamentos econômicos e culturais de interesse dos grupos dominantes, como por exemplo, a servidão do negro ou a fragilidade feminina.

Segundo ainda a pesquisa da Datafolha⁵, 40% das mulheres com mais de 16 anos sofreram assédio dos mais variados tipos em 2016: 20,4 milhões (36%) receberam comentários desrespeitosos ao andar na rua; 5,2 milhões de mulheres foram assediadas fisicamente em transporte público (10,4%) e 2,2 milhões foram agarradas ou beijadas sem o seu consentimento (5%). Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos e mulheres negras são as principais vítimas.

Logo não basta ao negro ou à mulher ou qualquer outra categoria minoritária estar na mídia, é necessário ter seus traços respeitados, sua história lembrada e seus problemas discutidos para que esta exposição contribua para o reconhecimento e reposicionamento do grupo em sociedade, ao contrário de continuar a alimentar a falsa ideia de que o Brasil é um país sem preconceitos.

⁵ A pesquisa teve apoio do governo do Canadá e do Instituto Avon e foi feita entre os dias 9 e 11 de fevereiro deste ano em 130 municípios, incluindo capitais e cidades do interior, em todas as regiões do país. Foram ouvidas 2.073 pessoas dessas, 1.051 mulheres, sendo que 833 aceitaram responder um módulo de autopreenchimento. A margem de erro é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, para a amostra nacional, e de 3 pontos para a amostra de mulheres participantes do módulo de autopreenchimento.

As diferenças significativas no perfis das vítimas também traz um alerta que qualquer uma está sujeita independente do grau de instrução, renda familiar mensal, classe econômica, cor e natureza do município. O índice se mostra mais alto entre “as mais jovens (70%) do que entre as mulheres mais velhas (10%), entre as mais instruídas (52%) que entre as menos instruídas (21%), entre as mais ricas (52%) que entre as mais pobres (37%), entre as que pertencem às classes A/B (49%) que entre as que pertencem às classes D/E (34%), entre as que se auto intitularam como pretas (47%) que entre as brancas (35%) e entre as moradoras de regiões metropolitanas (48%) que entre as moradoras do interior (35%)”, aponta o estudo.

No dia 31 de março de 2017, um dos galã da rede Globo, José Mayer foi acusado de assédio sexual pela estilista *Suslem Tonami* de 28 anos. Na ocasião, a funcionária decidiu procurar o departamento de Recursos Humanos, bem como, a Ouvidoria da emissora carioca, após ser chamada de “vaca” pelo ator, durante a filmagem da novela. “Falo em meu nome e acuso o nome dele para que fique claro, que não haja dúvidas. Para que não seja mais fofoca. Que entendam que é abusivo, é antigo, não é brincadeira, é coronelismo, é machismo, é errado. É crime. Entendam que não irei me calar e me afastar por medo, afirmou *Tonami* em uma rede social.

A figurista conta ainda no *post* que, em janeiro de 2017, o ator teria encostado em sua genitália e que atitude foi presenciada por outras funcionárias que nada fizeram, além de rir.

Após a repercussão do caso de Su, a emissora divulgou a seguinte nota, lida por Evaristo Costa, em meio à apresentação do Jornal Hoje: “A Globo repudia toda e qualquer forma de desrespeito, violência ou preconceito. E zela para que as relações entre funcionários e colaboradores da emissora se deem em um ambiente de harmonia e colaboração, de acordo com o Código de Ética e Conduta do Grupo Globo. Todas as questões são apuradas com rigor, ouvidos todos os envolvidos, em busca da verdade. Desta forma e tendo o respeito como um valor inegociável da empresa, esse assunto foi apurado e as medidas necessárias estão sendo tomadas. A Globo não comenta assuntos internos.”

Em um primeiro momento, depois de negar o assédio, José Mayer assumiu o erro e pediu desculpas, também por meio de uma nota. A atriz Camila Pitanga também teria apresentado queixa de Mayer à Globo, em 2003, quando contracenaram juntos na novela

“Mulheres Apaixonadas”. Naquele momento, as atitudes do ator foram desvalorizadas. O ator foi suspenso pela emissora. A situação provocou inúmeras denúncias.

A espetacularização do assédio

Após a repercussão negativa envolvendo a denúncia de assédio sexual do ator José Mayer à figurinista *Susllem Tonani*, a Rede Globo se viu novamente cobrada pelo público por um posicionamento em relação às novas denúncias de agressões verbais e físicas contra às mulheres; desta vez, envolvendo um de seus principais programas de entretenimento, o *Big Brother Brasil* (BBB) 17.

No domingo dia 09 de abril, uma campanha nas redes sociais pedia a expulsão do participante Marcos *Harter* de 37 anos, por sua postura contra as mulheres ao longo do programa, em especial, com outra participante, Emily Araújo de 20, com quem tinha um relacionamento dentro da casa. Já havia muitas reclamações contra o médico desde as primeiras semanas do *reality show*, mas a briga do casal na noite anterior, em que Marcos encurralou Emily e gritou em seu rosto, foi o estopim da *hashtag* nas redes sociais “#marcosexpulso”.

No livro de *Guy Debord*, *A sociedade do espetáculo*, essa relação entre o espetáculo e a sociedade é tratada. Para ele, as pessoas se refletem nos personagens desses *shows*, exibidos principalmente pela televisão. Citaremos alguns trechos que comprovam essa teoria: “A realidade considerada parcialmente reflete em sua própria unidade geral um pseudomundo à parte, objeto de pura contemplação.” (DEBORD, 1994, p.8).

O que nos chama a atenção, é a resolução do caso de um assédio físico e moral no programa *Big Brother Brasil* foi encaixada às regras do *show real*, no horário propício e, mais surpreendente ainda, transmitida ao vivo. As cenas, em que Emily reclamou de dor diferentes vezes, impressionaram um país já sensível com a temática do assédio sexual.

Ao anunciar a expulsão de Marcos, Thiago *Leifert*, apresentador do programa, disse que com base na abertura de inquérito, a Globo teve uma “nova e profunda conversa com Emily, inclusive com exame médico” e que “comprovados os indícios de agressão física”, a Globo resolveu tirar o competidor do programa. Agora, o caso segue em investigação. Em seu *Facebook*, o competidor Marcos disse que “como todo casal” eles

passaram “por momentos de alegria, ansiedade, euforia e tensão” e que ele nunca teve “a intenção de machucar física ou emocionalmente” a parceira.

O fato é que, entre a agressão de Marcos e a expulsão do participante do programa, um dia se passou. Por isso, e por ter emitido sinais trocados, em que o apresentador da atração, chegou a dizer que, “o comportamento do casal nos preocupa” para logo depois afirmar que “as atitudes do Marcos nos preocupam”, a emissora foi criticada em um primeiro momento. Depois, quando se decidiram pela expulsão, disseram que só o fizeram com certa demora, pois estavam esperando o parecer técnico da Polícia Civil.

Ao longo de todo o seu livro *Debord*, analisa essa espetacularização da vida humana e a necessidade do público em ser parte do que é mostrado, como o ser humano sente a necessidade de estar sempre jovem e visível. Os *reality shows* saciam um pouco desse desejo, já que as pessoas, muitas vezes, identificam-se com algum jogador, seja por seu passado, pela sua postura, ou pelo tratamento que recebe no jogo. A televisão tem papel fundamental nessa construção de comportamento. “Do ponto de vista da frente do bombardeamento publicitário é terminantemente proibido envelhecer.” (DEBORD, 1994, p.107).

Dessa vez, a conduta da Globo foi bem diferente do que havia sido em 2012, quando um competidor do mesmo Big Brother Brasil, foi acusado de estupro. Na ocasião, o suposto agressor foi excluído do programa por “comportamento inadequado”. O caso acabou encerrado quando a vítima negou abuso sexual no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Dessa vez, a emissora deixou claro o motivo da expulsão. “A nossa casa está inserida em um contexto maior, que é o da lei”, disse Leifert. E, dirigindo-se ao público, falou que espera que o episódio faça as famílias que assistem ao programa refletirem sobre o que ocorreu.

Aqui, percebemos claramente o papel da mídia, como meio perpetuador da reificação da mulher. Ela é apenas mais um objeto de diversão possível ao mundo masculino, talvez o mais cobiçado de todos. A transformação da mulher em objeto sensualizado produz graves consequências dentro de nossa sociedade.

Para além da culpa do Marcos, como fazemos para atingir esses homens que não refletem sobre o ocorrido e levam a questão como uma simples briga entre opostos, esse é o ponto de discussão.

Considerações Finais

Percebemos que, ainda de forma sensacionalista e até culpabilizadora, casos de violência doméstica e feminicídio ainda são tratados com descaso pela imprensa, mas, que ainda, a passos lentos, começam a ganhar tratamento mais propositivo. Enquanto inúmeros veículos de comunicação insistem em relatar os fatos de forma descontextualizada, sem contrapor opiniões embasadas e sem dar nomes às coisas – preferindo, por exemplo, falar em “crime passional”, grupos de jornalistas se esforçam em, ao relatar o problema, apontar possíveis soluções. Neste sentido, é importante destacar a presença de mulheres, muitas das quais feministas, nos veículos, o que ajuda a confrontar a “lógica” midiática de invisibilidade, opressão e objetificação.

Cabe à mídia, a preocupação com questões sociais, tomando para si a luta por uma sociedade menos restritiva e excludente para todas as pessoas. As manifestações críticas estão nas ruas, redes sociais, revistas e nos sites não hegemônicos, e precisam ser divulgadas e debatidas. Do contrário, o que se tem é o recrudescimento de um modelo econômico e social machista que limita possibilidades e nega todas as conquistas de direitos humanos, inclusive os direitos humanos das mulheres, das últimas décadas.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ARAÚJO, José Zito de Almeida. **A Negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

BLUME, Bruno. **Tudo sobre a Lei Maria da Penha**. Publicado em 30 de outubro de 2015. Disponível em: < <http://www.politize.com.br/lei-maria-da-penha-tudo-sobre/>>. Acessado em: 11/04/2017.

CHAVES, F.N. **A sociedade capitalista e o feminino: sua estrutura falocêntrica e a questão da aparência**. In: Marcondes Filho, C. (org). *Transporizações*. São Paulo: Eca-Usp, 2010, p 216- 226.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 09 e 10.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos Avançados., Sept./Dec. 2003, vol.17, no.49, ISSN 0103-4014 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010>. Acessado em: 11/04/2017.

GROSSI, Miriam Pillar. “**Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivoconjugal**”. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (org). *Masculino, feminino, plural: o gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

HOOKS, bell. Black **Woman**: shaping feminist theory. In HOOKS, bell. Feminist theory: from margin to center. Cambridge: south End Press Classics, 2000, p. 1-18.

SAFFIOTI, Heleieth. “**Gênero e patriarcado**: violência contra mulheres”. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely (org.). A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

TEMER, Ana e NERY, Vanda. **Para Entender as Teorias da Comunicação**. Uberlândia: Edu Fu, 2009.